

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DE PINHEIRO: da Colonização ao século XX

Samir Lola Roland¹
José Raimundo Campelo Franco²

Introdução

O Estado do Maranhão passou por três correntes de ocupação principais: litorânea, pastoril e dos migrantes nordestinos. A corrente litorânea correspondeu à frente de ocupação mais antiga, já que se deu no período colonial, tendo a Baixada Maranhense como fronteira econômica mais imediata do projeto agroindustrial brasileiro, que no caso maranhense começou com a Ilha Upaon-Açu e a costa ocidental maranhense em Alcântara. Diante dos desafios naturais pertencentes à diversidade dos fenômenos hidro-climáticos, os colonizadores encontraram forte potencialidade econômica nos solos úmidos da Baixada, especialmente na subcapitania de Cumã, que apresentando a grande planície inundável do rio Pericumã, favoreceu a diversificada agropecuária colonial que se desenvolveu na criação de animais de grande e pequeno porte e na agricultura que atingiu status de monocultura por vários tipos de cultivos e sucessivos períodos na época colonial.

Ocupação e povoamento de Pinheiro na Baixada Maranhense: o escopo do projeto colonização brasileira

O processo de colonização da grande extensão de terras da colônia portuguesa se deu durante séculos, pois a população portuguesa era pequena para tal empreendimento, sendo necessária a criação de estratégias de ocupação e defesa do território.

Nas primeiras duas décadas do século XVII, o objetivo central da burocracia hispano-lusa era assegurar a posse das imensas regiões de ultramar, nas quatro partes do mundo conhecido, constantemente ameaçadas pelos concorrentes oceânicos: França, Inglaterra, e principalmente Holanda. No caso do Estado do Brasil essa política iria traduzir-se na criação de novas unidades administrativas que desembocariam na criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621. (CARDOSO, 2011, p.318-319).

Com a necessidade de se criar novas unidades administrativas, implantou-se no Brasil a lei de sesmarias que consistiu na preferência da doação de quilômetros de terras as

¹Graduando do 6º período do curso de Licenciatura em Ciências Humanas na UFMA, Campus de Pinheiro.

²Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas, Professor da UFMA, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Campus de Pinheiro.

autoridades mais graduadas e de posses que tinham como dever explorar o território além de estabelecer um povoamento. Conforme relata Silva (2008, p.2):

O sistema de concessão de sesmarias (distribuição de terras) foi aplicado no Brasil a partir do governo de D. João III, no momento de criação das capitanias hereditárias. Cabia aos donatários repartirem as terras com os moradores pelo regime de sesmarias. Após a concessão da terra o colono ficava obrigado a ocupar o território com produção e teria que demarcar sua área.

Dessa maneira, organizou-se todo o território do Estado do Brasil e do Maranhão e Grão Pará, sendo este dividido em várias capitanias, já que:

[...] foram instituídas pelos reis na região durante o século XVII – Tapuitapera e Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) a Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo). (CHAMBOULEYRON, 2012, p. 85).

Nas primeiras décadas do século XVII, o governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho concedeu ao seu irmão Antônio Coelho de Carvalho, uma área abrangente a toda extensão territorial do rio Pericumã que ficou conhecida como capitania de Cumã ou Tapuitapera.

Esta Capitania abrangia todas as terras situadas no polígono formado pelo Oceano Atlântico, desde a foz do rio Turiaçú até a baía de São Marcos, pela margem esquerda dos rios Mearim e Pindaré e, no sul, sem definição de limites. Pode-se presumir que faziam parte dessa Capitania quase todos os municípios da Baixada. (SOARES, 2006, p.22).

A partir da segunda metade do século XVIII, Inácio José Pinheiro, seus familiares e fazendeiros, iniciaram um empreendimento de ocupação dessas paragens com o objetivo de implantar suas fazendas de gado e lavouras. Provavelmente antes mesmo da chegada de Inácio José Pinheiro e sua comitiva nas terras já se encontravam os indígenas “domesticados”³ que praticavam o cultivo de cana-de-açúcar e de algodão na região e mantinham relações econômicas com São Luís para onde exportavam seus produtos.

O sucesso das capitanias de Cumã e de Tapuitapera a partir da exploração agrícola dos solos com produtos de exportação, especialmente a cana-de-açúcar e o algodão, além de produtos alimentares (arroz, mandioca e outros) obrigou os proprietários de terras e as missões jesuíticas a levarem para a região grande contingente de escravos. (FARIAS, 2012, p. 30).

³Termo utilizado para dizer que os indígenas já tinham sofrido imposição de outra cultura, no caso a cultura portuguesa, a qual tinha como objetivo domar, amansar, pois para os portugueses os índios eram selvagens que precisavam ser educados, inclusive os jesuítas tiveram papel importante nesse processo de aculturação.

Percebe-se nos documentos de sesmarias a importância do requerente comprovar certas condições que garantisse a efetiva exploração econômica da área territorial concedida. Conforme relata Nozoe (2006, p.5) havia “o princípio de só conceder terras em sesmaria àqueles que alegavam possuir os meios para explorá-las e fundar engenhos”.

No caso de Inácio José Pinheiro, este se declarava: “cazado na villa de Alcântara e em cujo distrito uza de lavouras, por ter bastante escravos com q. as fassa” (MARANHÃO, 1754–1823). Sendo assim, Inácio José Pinheiro possuía as características exigidas por Sua Magestade, D. Maria I que decide:

[...] lhe conceder por data e sesmaria trez legoas de terra de comprido com hua de largo, principiando o cumprim. ^{to}dos marcos e Rumos da Sua Sogra correndo p.^a do Peri coma e q.^{do} não tendo no cumprimento. ^{to}onde se inteire q.^{do} for demarcado, poder se inteirar p.^aos lados, ocup.^aonde melhor lhe convier (MARANHÃO, 1754–1823).

Inácio José Pinheiro recebe a medida de três léguas de terras⁴ na região do rio Pericumã, próximo às terras de sua sogra, a viúva de Inácio Xavier Correa. O documento de sesmaria declara que Inácio Pinheiro poderia aumentar sua possessão conforme as suas necessidades quando a área fosse demarcada. A partir desta concessão, datada de 26 de abril de 1788 se desenvolveria anos mais tarde um grande povoamento na região.

Em 23 de novembro de 1806, sob as ordens de Antônio Saldanha Gama, governador da capitania do Maranhão, Inácio José Pinheiro se dirige novamente as paragens do Pericumã com o intuito de organizar o povoamento criado por ele a partir de sua concessão no ano de 1788.

No ano seguinte, Inácio José Pinheiro procura D. Francisco de Mello Manuel, o atual governador do Estado no momento, pois o anterior havia falecido, a fim de que se expedisse outro documento de sesmaria para legalizar a posse de mais terras ocupadas na mesma região. Segundo Alvim (2006, p. 28- 29):

Nos primeiros meses do ano de 1807, o Capitão-mór e Comandante da Vila de Alcântara, Inácio José Pinheiro, procurou o Governador e Capitão General do Maranhão, D. Francisco de Mello Manuel da Câmara, a quem relatou que, na data de 23 de novembro do ano de 1806, cumprindo ordens do seu antecessor, Governador Antônio de Saldanha da Gama, estabeleceu um povoação entre as de Alcântara e Guimarães com a denominação de Lugar do Pinheiro para ali viverem e roçarem algumas famílias de índios dispersos [...] Decidindo, então a fazer, o Governador mandou expedir, [...] a

⁴A medida de 1 légua equivale a 3000 braças = 6.000 varas = 30.000 palmos = 240.000 polegadas = 660.000 centímetros = 6.600 metros.

concessão das referidas terras por “Dacta” e Sesmaria às famílias de índios ali estabelecidos para as que possuíssem como coisa sua e de seus descendentes.

O processo de ocupação das terras da capitania de Tapuitapera ou Cumã se deu junto com a exploração econômica da cana-de-açúcar. O trabalho era realizado através de engenhos movidos por água e animais, chegou-se a exportar grandes quantidades de açúcar para São Luís. Em 1860, estes eram os engenhos e proprietários que trabalhavam com a produção de açúcar e aguardente:

“S. Caetano”, de Maria Joaquina Trindade Lima; “São Paulo”, do tenente Jose Eatanslau Lobato; “Santa Maria”, e “Conceição” do alferes Raimundo da Costa Leite; “Passagem”, do padre Francisco Mariano Ferreira e “Santo Inácio”, de Inácio José de Melo. Os engenhos “Conceição”, Santo Inácio e Passagem, produziam apenas aguardente. Os demaes preparavam ambos os produtos. (ABREU, 1960, p. 03).

A economia desenvolvida na região também tinha como base as atividades agropecuárias que se sustentavam graças ao rio Pericumã. Conforme relata Marques (1970), nesse período se produzia:

[...] algodão, arroz, etc., porém só quanto seja bastante para o consumo visto ser a cana-de-açúcar a plantação exclusiva [...] muitos regatos cortam e fertilizam esta freguesia de N.a S. os quais além de fornecerem água aos estabelecimentos rurais, se prestavam também para mover engenhos, indo todos desaguar no Pericumã. (MARQUES, 1970, p.515).

O rio Pericumã tinha importância vital para o povoamento, seus recursos hídricos serviam as plantações de cana-de-açúcar, algodão, arroz e sustentavam os rebanhos de diversas fazendas locais que também eram utilizados para mover engenhos. Segundo Cesar Marques este rio: “Nasce, nos lagos que rodeiam a vila de Pinheiro e, depois de percorrer na direção de N. E. o espaço de 18 léguas deságua na baía de Cumã defronte da vila de Guimarães”. (MARQUES, 1970, p.514).

No que se refere à prática da pecuária, esta sempre foi muito importante para o povoado devido os seus campos serem propícios para esse tipo de economia, por isso à população de Pinheiro como afirma César Marques: “era criadora e nesses campos existem muitas fazendas de gado até de lavradores de Guimarães”. (MARQUES, 1970, p. 515).

Segundo Viveiros (2006, p.81) a estimativa da pecuária de 1856 equivale a 7.000 cabeças de bovinos, correspondente a 1.800 bezerras por ano.

Sendo assim, a política do projeto colonizador aplicada na Capitânia de Tapuitapera ou Cumã no século XIX teve como uma das metas principais a exploração da terra através das

atividades agropecuárias permitiu que a região alcançasse na segunda década do século XX elevadas posições econômicas. De acordo com Abreu (2006, p. 258) no ano de 1920, Pinheiro ocupava as seguintes colocações, conforme tabela 01 abaixo:

TABELA 01 –Atividade pecuária de Pinheiro no ano de 1920

PRODUÇÃO DA PECUÁRIA	RANKING NO ESTADO
Em relação aos equinos ⁵	3° lugar
Em relação aos suínos	6° lugar
Em relação aos bovinos	12° lugar
Em relação aos ovinos ⁶	16° lugar
Em relação aos muares ⁷ e asininos ⁸	22° lugar
Em relação aos caprinos ⁹	43° lugar

Fonte: Abreu (2006)

Ainda em Abreu (2006, p.259) o município de Pinheiro estava enquadrado dentre os municípios da Baixada Maranhense na ordem das criações de animais nos anos de 1950 e 1956 de acordo com a tabela 02 abaixo:

TABELA 02: Atividade Pecuária de Pinheiro nos anos de 1950 e 1956

ANO DE 1950		
POSIÇÃO	PECUÁRIA	QUANTIDADE
1° lugar	Suínos, Caprinos Muares	13.000 e 700 cabeças
2° lugar	Equinos	11.000 cabeças
3° lugar	Lanígeros ¹⁰	9.000 cabeças
4° lugar	Bovinos	25.000 cabeças
ANO DE 1956		
POSIÇÃO	PECUÁRIA	QUANTIDADE
1°lugar	Suínos	58.000
2° lugar	Bovinos	43.000
3° lugar	Equinos	18.000
4° lugar	Caprinos	12.000
5° lugar	Ovinos	6.000
6° lugar	Muares	3.500
7°lugar	Asininos	800

Fonte: Abreu (2006)

Em 1820, o povoado já exercia a agropecuária de forma mais organizada. Segundo Viveiros (2006, p.80) “Esta produção fazia-se em 03 engenhocas de açúcar, 05 engenhocas de aguardente e 32 fazendas de cereais”. Nesse período se produziam os seguintes produtos conforme tabela 04 abaixo:

⁵Termo usado para se referir a cavalo, burro ou jumento.

⁶Termo usado para se referir a ovelhas, carneiros e cordeiros.

⁷O muar é o animal resultante do cruzamento entre asinino e equino.

⁸Relativo ou pertencente a asno, a jumento.

⁹Relativo à cabra.

¹⁰Relativo à ovelha.

TABELA 04 –Produção Agrícola do povoado de Pinheiro no ano de 1820

PRODUTO AGRÍCOLA	PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Açúcar	3.000 arrobas ¹¹
Aguardente	100 pipas ¹²
Algodão	1.000 sacas
Cereais	42.500 alqueires ¹³
Arroz	15.000 alqueires
Farinha	20.000 alqueires
Milho	5.000 alqueires
Carrapato ¹⁴	2.000 alqueires
Gergelim	500 alqueires

Fonte: Viveiros (2006).

Identifica-se como os principais gêneros agrícolas que faziam parte da produção: o algodão, açúcar, aguardente, arroz, o milho, a mamona, e gergelim. Parte desta produção era consumida no próprio local, o maior volume era exportado para São Luís.

A Vila de Pinheiro se interligava com seis povoados vizinhos que apresentavam casas de negócios:

Ribeirão, localizado ao largo de um pequeno riacho, de mesmo nome, que desaguava em uma enseada de campo, tinha apenas 30 casas. Macapazinho, no rumo do Rio Turi, com duas casas de negócios, entre as 46 existentes. Pau Furado, à época, ligada à Vila por meio de uma estrada carroçável, com 50 casas, das quais duas eram de comércio. Três Furos, o mais populoso deles, com 150 casas, localizado à margem direita do Rio Turiaçu, distante mais de oito léguas da sede da vila, era o povoado mais próximo; distando aproximadamente duas léguas, já se apresentava àquela época como um agrupamento de 40 casas. (SOARES, 2006, p.27).

A vila de Pinheiro mantinha com todos esses povoados uma relação econômica estável, com base na maioria das vezes, em troca de produtos comerciais por produtos agrícolas, a prática do escambo era comum nessa época.

Pinheiro foi elevado à categoria de Vila no dia 3 de setembro de 1856, sendo liberto de sua dependência política e econômica, pois pertencia ao município de São José de Guimarães (atual Guimarães). De acordo com o art. nº 1 da lei nº 439, decretado pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada por Antônio Cândido da Cruz Machado¹⁵:

¹¹Unidade de medida equivalente a 14, 69 kg.

¹²Medida de capacidade de carga equivalente a meio tonel.

¹³Antiga medida muito utilizada com cereais. Tem a particularidade de poder ser usada como medida de capacidade, peso e superfície. Dependendo da região pode equivaler de 10 a 14 **litros** de cereais, (mais comumente a 13 **litros**) ou entre 11 e 15 **Kg**.

¹⁴Termo popular referente à mamona.

¹⁵Oficial da Imperial Ordem da Rosa e deputado da Assembleia-Geral Legislativa, pela Província de Minas Gerais e Presidente da Província do Maranhão.

Fica elevada à categoria de Vila a povoação de Pinheiro, da comarca de Guimarães, e terá por limites todo território que compreendia o segundo distrito de Paz do município de Santa Helena, ficando pertencendo a este último, todo o território que continha o primeiro distrito de Paz, cujos limites serão a divisão das duas comarcas de Guimarães e Turiaçu. (SOARES, 2006, p. 25).

A elevação à condição de vila beneficiou a situação dos lavradores locais, pois: “No distrito da comarca de Guimarães (Pinheiro) teve há 16 anos a construção de umas palhoças para arrecadar os gêneros dos lavradores ali situados”. (MARQUES, 1970, p.571). Foi só a partir de 1856 que os lavradores deixaram a obrigação de pagar impostos da produção de sua lavoura para as autoridades de Guimarães, um grande passo para o crescimento econômico de Pinheiro, pois os trabalhadores locais passaram a adquirir mais lucros com os esforços de seu trabalho.

Em 1826, Pinheiro não tinha ainda sequer uma igreja que geralmente era uma das primeiras obras construídas quando um povoado era fundado. O povoado de Pinheiro se encontrava em condições precárias de existência. Segundo Marques(1970, p. 571):

O Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, em 28 de junho de 1826, como membro do Conselho da Província disse que esta vila se compunha de 300 a 400 almas - Este infeliz povo paga dízimos, e não tem uma igreja, não tem um cura, não tem um mestre de primeiras letras, e só lhe tem tocado até o presente na nossa sociedade a mísera partilha de nascer, sofrer e morrer.

Com o passar dos anos, o aumento populacional foi cada vez mais elevado, fazendo-se uma comparação de ordem cronológica, nos anos de 1826a população era equivalente a 300 a 400 pessoas, em 1860 era o total 4.814 pessoas. (MARQUES, 1970, p. 571)

Infere-se destarte que a partir de 1856, a insipiente povoação de Pinheiro estava sobremaneira preparada para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, pois o crescimento populacional impeliu a necessidade de organização econômica, a fim de que criassem ofertas de trabalho para a demanda populacional. Nesse período a população era mais de 12 vezes maior do que em 1826, sendo assim, não havia mais condições de permanecer sem mudanças. (MARQUES, 1970).

A partir de 1856, com o advento da elevação de Pinheiro à categoria de Vila, deu-se início a uma melhor organização do povoamento surgindo várias profissões:

Assim, surgiram o delegado, o professor público de primeira letras, o vigário da paróquia, o boticário [farmacêutico] e as profissões demandadas pelos moradores, tais como sapateiro, carpinteiro, padeiro, alfaiate, ferreiro,

seleiro, tecelão, ourives, e muitos estabelecimentos para atender a crescente demanda da população. (SOARES, 2006, p. 27)

Sendo assim, no início, o povoamento ocupava os limites da área referente ao bairro da matriz, ou seja, à margem esquerda do rio Pericumã. Conforme relata Soares (2006, p.26):

A vila, assentada numa península à margem esquerda do rio Pericumã, se espremia durante o inverno, cercada de água por quase todos os lados, e apresentava apenas 35 casas de telhas e 70 de palha, dispostas em três ruas, na direção Leste-Oeste, com cerca de 250 braças de comprimento por 5 de largura e por algumas travessas, becos e vielas.

Nesse cenário que começaram a surgir várias atividades comerciais, estando de acordo com o nível de desenvolvimento do povoado. Segundo Abreu (2006) no ano de 1862, o comércio apresentava 14 casas de varejo. Enquanto que no ano de 1915, o povoado possuía 21 casas comerciais, apenas 07 casas a mais em comparação com o ano de 1862, apesar do crescimento econômico e populacional, a prática das atividades comerciais nesse período ainda eram um pouco tímidas.

Segundo Abreu (2006) o surto comercial começa a se desencadear somente por volta de 1959, com 85 casas comerciais, dentre estas se contava lojas, tavernas, bazares, botequins, casas de compra de gêneros, farmácias, drogarias, padarias, sapatarias. Vale ressaltar que nesse período o comércio tinha como base a força de trabalho dos pequenos lavradores que todos os anos proporcionavam o estoque dos produtos das roças aos estabelecimentos comerciais.

A agricultura colaborava com o comércio através de seus produtos, mas o comércio não correspondia à altura, pagava apenas um valor barateado pelos produtos agrícolas que geravam elevados lucros para os comerciantes. Pode-se dizer que havia uma troca desigual da época, fazendo com que a burguesia de Pinheiro enriquecesse às custas dos pequenos lavradores.

Em 1962 o setor agropecuário já fizera amadurecer um setor terciário fácil de ser notado, diante de um núcleo comercial composto por 14 casas que se destacaram em Pinheiro com o nome empresarial de fantasia ou mesmo com o nome do proprietário que as representavam:

[..] Agostinho Raimundo de Figueredo, Antônio Bernardino Durans, Antônio Feliciano Pinto, Cândido Avelino de Figueiredo, Francisco José Peixoto, Germano Antônio Pinheiro, João José Ferreira Lima, Joaquim José Ferreira Peixoto, Luiz Antonio Soares, Manoel Costa de Figueredo, Pedro Dias Durans Reis, Irmão & Cia. e Ribeiro Pestana & Cia . (ABREU, 2006, p.272).

Para obterem lucros estes grandes comerciantes locais já mantinham a velha relação de trocas desiguais, onde a base inferior era representada por outros pequenos comerciantes que ficavam encarregados de comprarem os produtos da roça de lavradores que mantinham uma base produtiva na mão-de-obra familiar. Além de comprar os pequenos comerciantes ainda trocavam os produtos de seus comércios pelos produtos da roça a fim de obterem lucros com o serviço.

Em ambas as relações que podiam apresentar vários níveis de atravessadores que poderiam começar mesmo na zona rural. Mas somente os grandes comerciantes mantinham o monopólio de exportação desses produtos para São Luís. Desta forma, se estabeleciam em sistemas de filiais, tendo várias destas casas comerciais instaladas em Pinheiro, mas comandadas por matrizes em São Luís.

A atividade comercial se estabelecia com a presença dos grandes comerciantes que se responsabilizavam pelo suprimento de toda a sorte de gêneros à população e pela exportação dos bens produzidos na região, sobretudo os provenientes da zona rural do município.(SOARES, 2006, p. 59).

No decorrer do século XX, o comércio se mostrava cada vez mais um setor econômico importante do município, o número de comerciantes só crescia, então houve a necessidade de criar uma associação que defendesse os interesses da classe. No dia 05 de setembro de 1943, um grande marco surgiu na história econômica de Pinheiro, foi fundada a Associação Comercial Pinheirense. Como relata Furtado (2003, p.64):

Aos cinco dias do mês de setembro de 1943, nesta cidade de Pinheiro do Maranhão, no salão nobre da Prefeitura Municipal sito à Praça da Republica, canto com a avenida Getúlio Vargas, aí, reunidos, comerciantes, lavradores, fazendeiros, industriais, proprietários e outros representantes [...] declara aberta a sessão, e que, conforme as reuniões anteriores tenha essa assembleia por fim a fundação da Associação Comercial de Pinheiro.

A Associação Comercial Pinheirense contava não apenas com a participação dos comerciantes, mas também de lavradores, pescadores, fazendeiros, etc. que se reuniam a fim de discutir sobre as questões econômicas importantes para toda a Baixada Maranhense.

Portanto, a história econômico-social da Baixada maranhense do século XIX pode ser compreendida através do projeto da colonização brasileira que tinha como metas principais: a exploração, defesa e ocupação do território colonial. Com esse intuito foram criadas várias capitanias, as quais foram distribuídas pelas autoridades governamentais da época. Nestas capitanias foram fundados diversos povoados que se estabeleceram através da prática das

atividades agropecuárias. No século XX, ocorrem mudanças significativas na região, com o processo de urbanização e estruturação política e econômica, surgiu às atividades comerciais que modificaram precisamente as relações econômicas da vila de Pinheiro, resultando em uma nova forma de organização econômica local baseada na prática das três atividades econômicas: a agricultura, a pecuária e o comércio.

Referências Bibliográficas

ABREU, Josias de. **Coisas de Antanho**. São Luís: [s.n.], 2006.

APEM - Arquivo Público do Maranhão. **Inventários dos Requerimentos – Processos de Carta de Datas de Sesmarias – 1754 – 1823**. Caixa: 006, Maço: 33, fl. 190, 24 ABR. 1788.

ALVIM, Aymoré de Castro. **Pinheiro em Foco**. Pinheiro, MA: [s.n.], 2006.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Acaí, 2012.

COSTA, Castro Reis. **A Baixada Maranhense**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1982.

FARIAS, M. S. F. (Org.). **O Espaço Geográfico da Baixada Maranhense**. São Luís: JK, 2012.

FURTADO, Douglas Filho. **Da povoação do Pinheiro à Princesa da Baixada: história cronológica do município de Pinheiro**, São Luís: [s.n.], 2003.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico – Geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: [s.n.], 1970.

NOZOE, Nelson. Sesmaria e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**. Brasília, DF, v.7, n.3, p. 597- 605, set/dez 2006.

SILVA, Rafael Ricarte. Os sesmeiros dos "sertões de mombaça": um estudo acerca de suas trajetórias e relações sociais (1706-1751), **Revista de Humanidades**. Caicó, RN, v. 9, n. 24, p.1-8, 2008.

SOARES, José Jorge. **Lugar das Águas**. São Luís: L. Moreira, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Quadros da Vida Pinheirense**. São Luís: Instituto Geia, 2006.